

CRISE NO CONGRESSO

FHC volta a negar fisiologismo e ataca oposição

Presidente chama os que acusam governo de liberar verba para barrar CPI de 'desonestos'

ISABEL BRAGA
e DOCA DE OLIVEIRA

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso voltou a negar ontem que tenha recorrido à liberação de emendas parlamentares em troca da retirada de assinaturas para instalação da CPI da Corrupção. Ele disse que essa prática fisiológica foi comum até passado recente, sustentada pelas mesmas forças políticas que constituíram a necessária maioria para apoiar mudanças ainda em curso no País. “As forças que vão ter de apoiar a mudança são forças que estão se suicidando. E não é fácil fazê-las chegar ao suicídio”, disse.

Ele mostrou indignação com a acusação da oposição sobre a prática do fisiologismo. “Por que fingir que as coisas não são corretas quando elas são, por que fazer escândalo do que não é escandaloso?”, perguntou. “É muito fácil ir à Internet e fingir que não houve liberação, isso é intelectualmente desonesto.”

Na solenidade para comemorar o primeiro ano da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, o

presidente fez uma avaliação do cenário político atual, consolidando discurso do governo de que a recente sucessão de embates dos partidos aliados no Congresso decorre do processo de mudanças que vem sendo operado no País. Ele disse que tem



FHC, com Marco Maciel, na solenidade: ‘Por que fingir que as coisas não são corretas quando são?’

precisado e contado com o apoio das forças que representaram historicamente aquilo que seu governo tenta mudar, como o uso de práticas anti-éticas na política e a irresponsabilidade no trato da coisa pública.

“O mecanismo de democracia exige as maiorias, ou se tem maioria ou não se muda nada”, afirmou. “E para ter-se a maioria, para que a maioria aprove as leis que vão, no futuro, até mesmo acabar com partes dessa maioria, é preciso ter força

próprios instrumentos de verificação democrática para serem, distorcidamente, de instrumento de desmoralização daquilo que se está construindo achorrontadamente e com muita persistência.”

Dida Sampaio/AE

ção da Lei Fiscal mudou o trato do dinheiro público, Fernando Henrique citou o período em que era ministro da Fazenda no governo Itamar Franco. Naquela época, disse, a inflação impedia a preocupação demasiada com a execução do orçamento da União, uma “peça de ficção” que o Congresso ajustava à sua maneira e o ministro de outra. “O ministro da Fazenda tinha o arbítrio e cortava o que queria e assim mantinha o clientelismo, a capacidade de dizer sim a um e não a outro”, comentou. “Nós fomos acabando com isso progressivamente.” O presidente ressaltou que o orçamento deste ano foi discutido entre governo e Congresso, dentro de bases realistas e pela primeira vez o aumento do mínimo foi dado com responsabilidade.

Ao citar experiências de controle dos déficits públicos em outros países, Fernando Henrique comentou que até pouco tempo os Estados Unidos possuíam déficits enormes e agora chegam a “causar inveja” porque o presidente discute com o Congresso o que fazer com o superávit nas contas. Citando declaração do presidente do Chile, Ricardo Lagos, ele salientou que o equilíbrio fiscal não deve ser bandeira de ideologias de esquerda ou direita, mas responsabilidade de todos para com a cidadania. “A responsabilidade do gestor público não pode estar submetida a pseudo interpretações para dizer: os que querem aplicar restrições fiscais são “de direita”, os que são liberais no gasto são “de esquerda”, disse. E acrescentou: “Não. São irresponsáveis! A matéria aqui não é ideológica, é de responsabilidade.”

O presidente lembrou que ao ser submetida à consulta pública, a Lei Fiscal recebeu mais de 5 mil sugestões, o que mostra que sua aprovação responde a anseios não só da burocracia estatal, mas aos anseios de eleito-